



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO VIABILIZADORA DA EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA**

**ELENARA MAC INTYER BALDIM RIBEIRO**

**BELO HORIZONTE, 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO VIABILIZADORA DA EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Ana Paula Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2015**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Elenara Mac Intyer Baldim Ribeiro

## **A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO VIABILIZADORA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof. Joyce Rodrigues Silva Gonçalves – Avaliador

---

Profª. Ana Paula da Silva Rodrigues – Orientadora

---

Elenara Mac Intyer Baldim Ribeiro – Cursista

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus pela dádiva da vida e pelas bênçãos em minha vida. Dedico especialmente a minha família: mãe, irmãos, Fábio, Carol e Laís, pela amorosidade e confiança. Aos Alunos e Profissionais da Escola Estadual Professor João Mestre e à APAE de Monsenhor Paulo, pilares de minha formação e trajetória profissional.

## RESUMO

O presente trabalho versa sobre a Educação Inclusiva e o atendimento educacional especializado na Escola Estadual José Bonifácio da comunidade de Poço Fundo/MG. Sobretudo explicita as práticas inclusivas na escola pública e a gestão democrática e participativa enquanto viabilizadora de uma educação inclusiva de qualidade a luz do aporte teórico e da legislação vigente. Por fim procura evidenciar a inclusão escolar de fato e de direito na escola comum, fomentando a democratização das oportunidades e da gestão da escola pública.

**Palavras-chave:** educação especial, inclusão, atendimento educacional especializado, gestão democrática.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	6
1. A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO VIABILIZADORA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	7
1.1 Evolução e marcos históricos da Educação Especial no Brasil .....	7
1.2 Pressupostos e fundamentos da Educação Inclusiva .....	10
1.3 O Atendimento Educacional Especializado – AEE.....	12
1.4 Gestão Democrática e Educação Inclusiva.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	18
REFERÊNCIAS.....	19
ANEXO: Projeto Político Pedagógico .....	21

## INTRODUÇÃO

O Grupo Escolar José Bonifácio, criado pelo Decreto Nº 5.046 de 31 de julho de 1918, publicado no Informativo Oficial - Minas Gerais de 01 de agosto de 1918 e Lei Nº 1.039 de 12 de dezembro de 1953, foi instalado em 01 de fevereiro de 1928, funcionando em prédio do Estado e a partir da publicação da Resolução Nº 810/74, passou a denominar-se “Escola Estadual José Bonifácio”. Situada no centro do município de Poço Fundo/MG, atende atualmente o Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano e oferece o Projeto Educação em Tempo Integral, funcionando nos turnos matutino e vespertino, totalizando 678 alunos matriculados e 28 turmas.

A missão e visão da escola expostas no Projeto Político Pedagógico respaldam a qualidade do ensino e a garantia de acesso e permanência do aluno, definindo o posicionamento da escola na promoção do direito à educação e da emancipação do aluno.

O tema “A Gestão Democrática como viabilizadora da Educação Inclusiva” surgiu do interesse de explicitar as práticas inclusivas e de atendimento educacional especializado na Escola Estadual, bem como o acesso e permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação em espaço comum de aprendizagem e convivência.

O primeiro capítulo versa sobre a evolução e aspectos históricos da educação especial e inclusiva no Brasil. No segundo capítulo são abordados os pressupostos e fundamentos da educação inclusiva e do atendimento educacional especializado na Escola José Bonifácio. O terceiro e último capítulo vem explicitar a gestão democrática enquanto viabilizadora da Educação Inclusiva.

Nesse sentido, busca-se conhecer, identificar, caracterizar e analisar a luz do aporte teórico e bibliográfico, as práticas e concepções do atendimento educacional especializado na escola e que sustentam a educação inclusiva ancorada na gestão democrática. A pesquisa sobre o tema se faz importante na medida em que poderá contribuir para viabilização da inclusão escolar de fato e de direito na escola comum, como possibilidade de acesso e permanência do aluno com sucesso e de fortalecimento da democratização de oportunidades e da gestão escolar.

# 1. A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO VIABILIZADORA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

## 1.1. Evolução e marcos históricos da Educação Especial no Brasil

Considerando os períodos da história da educação, desde os mais remotos tempos, a respeito do atendimento educacional das pessoas com deficiência, evidenciaram-se teorias e práticas sociais segregacionistas, inclusive quanto ao acesso à escola e ao conhecimento, constatando-se que até o século XVIII a concepção de deficiência estava relacionada ao misticismo e ocultismo, não havendo embasamento teórico e científico (FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2001).

Assim, a evolução da educação especial no Brasil foi marcada pela ignorância, medo, preconceito, marginalização e segregação que durante séculos, mantiveram as pessoas com deficiências negligenciadas e afastadas do convívio social, e que atualmente respaldada pelo paradigma da inclusão tem como principal desafio à valorização e aceitação das diferenças e defesa de direitos, como aponta Mazzotta (1999).

Tradicionalmente o atendimento às pessoas com deficiência era realizado de forma assistencialista e os pressupostos teóricos que orientavam as ações em torno dos deficientes eram embasados no modelo médico. Ressaltava-se a falta, o defeito, a deficiência em si, a deficiência era vista como uma doença crônica e o deficiente como um ser inválido e incapaz, devendo ser cuidado e protegido.

O modelo médico da deficiência se encontra atrelado aos preconceitos e estereótipos decorrentes da patologização da deficiência:

“As baixas expectativas em relação às potencialidades desses sujeitos também refletem o imaginário coletivo inspirado, erradamente, na ideia da deficiência como incapacidade generalizada e definitiva e os coloca como cidadãos de segunda classe”. (CARVALHO, 2008, p. 34)

O modelo social que surgiu na década de 1960, “desloca a concepção de deficiência do indivíduo para a sua interação na sociedade”, segundo Carvalho (2008).

A primeira instituição no Brasil foi criada em 1854, por D. Pedro II, no Rio de Janeiro, chamada de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant - IBC. Em seguida, em 1857, foi criado o Instituto dos Surdos Mudos, hoje Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES. Ambas criadas por decreto imperial, precursoras da criação de outras instituições e conforme modelo europeu vigente. Já no início do século XX, é fundado o Instituto Pestalozzi (1926) e em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (BRASIL, 2010).

De acordo com Mazzotta (1999) até o século XIX, não houve qualquer preocupação com o aspecto educacional dos deficientes. A história da Educação Especial no Brasil nos mostra que o período compreendido entre os anos de 1800 a 1950 foi marcado por iniciativas isoladas oficiais e particulares, evidenciando caráter assistencialista, quanto ao cuidado e proteção dos deficientes. Somente no século XX, a partir da criação e proliferação de instituições especializadas, pode-se considerar realmente o início da educação de pessoas com deficiência, onde a Educação Especial se tornou um campo de saber com o desenvolvimento de métodos e recursos pedagógicos especiais e formação de recursos humanos, em asilos e escolas especiais, de natureza privada e assistencialista.

A segunda metade do século XX foi marcada por iniciativas oficiais de âmbito nacional e crescimento das entidades filantrópicas. Nessa época, foi considerável o número de ações governamentais, caracterizadas principalmente por campanhas específicas para atendimento das pessoas com deficiência auditiva, visual e mental, e a educação especial começou a aparecer no cenário nacional de maneira mais efetiva (MAZZOTTA, 1999).

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 3º, inciso IV, propõe como objetivo fundamental “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Em seu art. 205, define a educação como direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No art. 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como princípio do ensino e no art. 208 preconiza como dever do Estado o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90 reforça os dispositivos legais da Constituição Federal e determina que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”, art. 55.

Documentos oficiais como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) também influenciaram a formulação de políticas públicas na perspectiva da educação inclusiva.

Além dos documentos legais supracitados, em 1994 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, o Decreto nº 3.298/99 que define a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino e o Decreto nº 3.956/2001 que afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que qualquer pessoa (BRASIL, 2010).

No ano de 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96, foram inseridas algumas inovações, com um capítulo que trata da Educação Especial como modalidade da educação, em seu art. 59 assegura que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos que atendam suas necessidades; terminalidade específica; professores especializados; educação especial para o trabalho e acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares conforme nível de ensino.

Em 2001 foram publicadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que em seu art. 2º, determina que:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (MEC/SEESP, 2001, p. 1)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo MEC em 2008, instaura um novo marco da educação brasileira em favor da inclusão, de acordo com suas diretrizes:

“A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.” (MEC/SEESP, 2008, p. 15)

Já a Resolução CNE/CEB nº 4, de 02 de outubro de 2009, que instituiu as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, define em seu art. 2º a função complementar ou suplementar do AEE na formação do aluno, disponibilizando serviços, recursos de acessibilidade e estratégias na eliminação de barreiras e desenvolvimento da aprendizagem.

A partir dessas últimas publicações, o enfoque passa a ser o Atendimento Educacional Especializado – AEE, o qual é um serviço da Educação Especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (MEC/SEESP, 2008, p. 15).

Recentemente, com a aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE – 2011/2020, fica estabelecido na meta 4 a universalização do atendimento escolar na rede regular de ensino aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Na atualidade, vivenciamos a era dos direitos, rompendo-se com a ideologia da exclusão e promovendo uma política de inclusão que desponta no cenário e nos debates em vários países, assim como no Brasil. A educação é direito público subjetivo, direito social, direito de cidadania e direito de síntese, e “como se trata de um direito reconhecido, é preciso que ele esteja inscrito no coração de nossas escolas cercado de todas as condições” (CURY, 2014, p. 3).

Assim, mais sensato e coerente, conforme a legislação vigente é pensar e entender a escola, seja comum ou especial, como o lócus das diferenças, da multiplicidade, que acolhe não só a pessoas com deficiência, mas também os excluídos e discriminados e em situação de risco social, onde todos possam aprender e conviver. Não se trata aqui de apenas garantir o acesso, mas de oferecer condições de fato e de direito para que o aluno permaneça na escola e tenha sucesso em seu percurso escolar e na vida.

## **1.2. Pressupostos e fundamentos da Educação Inclusiva**

O princípio da inclusão enquanto paradigma da educação atualmente é uma diretriz prioritária das políticas públicas e ações educativas, e uma realidade

desafiadora para os sistemas de ensino e da gestão escolar na efetivação de uma educação para todos enquanto direito garantido a todas as pessoas, com ou sem deficiência.

A educação inclusiva parte do princípio de que todos têm o direito de acesso ao conhecimento e à escola, sem nenhuma forma de discriminação e preconceito, não se configura apenas pelo acesso, concretizado na matrícula do aluno, mas também na sua participação e aprendizagem. Conforme Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

“O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola”. (MEC/SEESP, 2008, p. 1)

Os direitos das pessoas com deficiência estão proclamados e assegurados em diversos textos legais e a educação inclusiva é atualmente a política educacional oficial do país. A Constituição Federal 1988 em seu art. 205 rege que:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (CF, 1988, p.56)

Partindo do pressuposto de que a inclusão escolar é uma prática bem sucedida na EE José Bonifácio, pretende-se evidenciar e corroborar a inclusão escolar e o atendimento educacional especializado na escola, suas práticas, ajudas técnicas, acessibilidade e a gestão democrática como viabilizadora desse processo.

A E. E. José Bonifácio, como toda escola pública, assegura o acesso de alunos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades. A matrícula requerida pelos pais ou responsáveis é aceita em igualdade de direitos e oportunidades, procurando-se tornar o ambiente escolar o mais favorável possível ao desenvolvimento integral do aluno, focando-se nas respostas educacionais que a escola precisa lhe proporcionar, com ajudas e suportes diversos para sua trajetória escolar. Pode-se afirmar que a inclusão é uma filosofia e prática educativa da Escola que pretende acolher e promover a aprendizagem e a participação ativa do aluno no contexto educacional comum e menos restritivo possível.

### **1.3. O Atendimento Educacional Especializado – AEE**

A escola oferece o atendimento educacional especializado realizado prioritariamente na Sala de Recursos multifuncionais com profissional especializado em Educação Especial, para atendimento dos alunos matriculados, em dois turnos alternados (matutino/vespertino), complementando e/ou suplementando a formação do aluno e promovendo sua autonomia dentro e fora da escola (PPP, 2014). Ressalta-se que o AEE é disponibilizado preferencialmente nas escolas comuns, proposto pela atual Política Nacional de Educação Especial e não deve ser confundido com reforço escolar.

O Ministério da Educação com o objetivo de apoiar as redes públicas de ensino e oferta do AEE, fortalecendo o processo de inclusão nas escolas comuns, instituiu o Programa de Implantação de Salas de Recursos a partir de 2007, e desde então tem provido as escolas de equipamentos e materiais acessíveis para as Salas de Recursos, conforme demandas das escolas públicas.

Na Sala de Recursos o trabalho é desenvolvido de acordo com as necessidades individuais do aluno com deficiência (intelectual, física, visual, auditiva ou múltipla) e transtornos globais do desenvolvimento - TGD, no turno inverso da escolarização, dispondo de recursos didáticos e pedagógicos acessíveis, mobiliário e equipamentos adequados, tecnologias de informação e comunicação acessíveis, dentre outros.

Os conteúdos do AEE variam conforme necessidades dos alunos, podendo abranger a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e LIBRAS tátil; alfabeto digital; Língua Portuguesa na modalidade escrita; Sistema Braille; orientação e mobilidade; atividades de vida diária; informática acessível; sorobã; comunicação alternativa e aumentativa; estimulação visual; estimulação do desenvolvimento cognitivo.

O público alvo da educação especial e o do AEE na Escola José Bonifácio é composto de pessoas com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial (2008):

“[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de

interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse”. (MEC/SEESP, 2008, p. 9)

Vale lembrar que não há aluno com altas habilidades/superdotação matriculado na EE José Bonifácio atualmente.

O professor do AEE é um profissional devidamente habilitado com formação especializada que atua na Sala de Recursos, provendo recursos, adequação e produção de materiais pedagógicos, ajudas técnicas, equipamentos, tecnologias assistivas, linguagens e conhecimentos, dando suporte ao aluno em seu acesso e percurso no ensino comum. É o professor do AEE quem identifica as barreiras impostas pela deficiência, pelo meio e pelo ambiente escolar e disponibiliza recursos e estratégias para que o aluno participe dos desafios de aprendizagem na escola (MEC/SEESP, 2010).

As atribuições do Professor da Sala de Recursos, conforme Guia de Orientação da Educação Especial na Rede Regular de Ensino de Minas Gerais (SEE/MG, 2014) são:

- a.** atuar, como docente, nas atividades de complementação/suplementação curricular específica que constituem o atendimento educacional especializado dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- b.** elaborar e executar o Plano de AEE, avaliando a funcionalidade e aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c.** preparar material específico para uso dos alunos na sala de recursos;
- d.** realizar atividades que estimulem o desenvolvimento dos processos mentais: atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros;
- e.** fortalecer a autonomia dos alunos para decidir, opinar, escolher e tomar iniciativas, a partir de suas necessidades e motivações;
- f.** propiciar a interação dos alunos em ambientes sociais, valorizando as diferenças e a não discriminação;
- g.** promover o aprendizado da Libras para o aluno surdo que optar pelo seu uso;
- h.** utilizar as tecnologias de informação e comunicação para aprendizagem da Libras e da Língua Portuguesa;
- i.** promover a aprendizagem da Língua Portuguesa para alunos surdos, como segunda língua, de forma instrumental, dialógica e de conversação;
- j.** promover e apoiar a alfabetização e o aprendizado pelo Sistema Braille;
- k.** realizar a transcrição de materiais, Braille/tinta, tinta/Braille;
- l.** desenvolver técnicas e vivências de orientação e mobilidade em diversos espaços proporcionando ao aluno o conhecimento do espaço/dimensão/organização/localização/funcionamento da sala de aula e atividades da vida diária para autonomia e independência;

- m.** alertar e orientar a escola sobre as adequações no ambiente, como por exemplo: desobstrução de corredores, pátios e portas para favorecer a circulação e locomoção, uso de faixas indicativas de alto contraste, iluminações, adaptações de carteiras e outras;
- n.** desenvolver o ensino para o uso do Soroban;
- o.** operacionalizar as complementações curriculares específicas necessárias à educação dos alunos com deficiência física no que se refere ao manejo de materiais adaptados e à escrita alternativa, quando necessário, às vivências de mobilidade e acesso a todos os espaços da escola e atividades da vida diária, que envolvam a rotina escolar, dentre outras;
- p.** garantir a utilização de material específico de Comunicação Aumentativa e Alternativa (pranchas, cartões de comunicação e outros), que atendam à necessidade comunicativa do aluno no espaço escolar;
- q.** garantir a utilização de equipamentos (computadores e notebooks) para os alunos cegos, equipamentos para alunos com baixa visão (lupas de mão, apoio, telescópios, CCTV e outros)
- r.** Garantir a utilização de materiais adaptados (disponibilização de formatos alternativos, uso de cores contrastantes, uso de tamanho de fonte ampliadas, folhas com pautas escuras, livros com texto ampliado, e outras adaptações que se fizerem necessárias);
- s.** ampliar o repertório comunicativo do aluno, por meio das atividades curriculares e de vida diária;
- t.** estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum visando à disponibilização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo;
- u.** orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns do ensino regular;
- v.** orientar os profissionais das escolas para o oferecimento de materiais pedagógicos ampliados para o uso dos alunos com baixa visão;
- w.** participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;
- x.** indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade;
- y.** articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva;
- z.** promover, em conjunto com os demais educadores, as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola;
- aa.** orientar, em conjunto com os demais educadores, as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional;
- bb.** orientar a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional.” ( SEE/MG, 2014, p. 17)

A elaboração e execução do plano do AEE é de competência do professor da sala de recursos, que articulado aos professores do ensino comum, equipe gestora, famílias e rede de apoio, coleta informações, opiniões, sugestões e estratégias para melhor organização do trabalho e peculiaridades de cada aluno. Mais importante do que o diagnóstico ou prognóstico da deficiência, é acolher o aluno em sua individualidade, sua história, interesses, potencialidades e diferenças. O cronograma de atendimento é definido conforme número de alunos, o professor

de sala de recursos pode atender de 15 a 30 alunos, conforme indicação feita pela Superintendência Regional de Ensino e orientações da SEE/MG. O atendimento pode ser individual ou em pequenos grupos compostos por necessidades educacionais semelhantes, em módulos de 50 minutos até duas horas/dia, sendo a frequência determinada pelo professor da sala de recursos e de acordo com seu plano de atendimento, articulado ao projeto político pedagógico da escola.

Aos poucos, a escola pública vem acolhendo em seus espaços e dimensões, o aluno com deficiência, enfrentando os desafios e rompendo barreiras, sejam de cunho individual ou coletivamente. A educação tem o compromisso de proporcionar ao aluno a oportunidade de ser, viver, conviver e aprender com as diferenças, onde todos os alunos e educadores enriquecem-se com a experiência de aprenderem uns com os outros.

“Quando existem programas adequados, a inclusão funciona para todos os alunos com e sem deficiências, em termos de atitudes positivas, mutuamente desenvolvidas, de ganhos nas habilidades acadêmicas e sociais e de preparação para a vida em comunidade.” (Stainback & Stainback, 1999, p. 22)

#### **1.4. Gestão Democrática e Educação Inclusiva**

Podemos afirmar que a inclusão está atrelada a uma gestão democrática e participativa, na medida em que a escola se constrói coletivamente para todos, que reconhece e valoriza as diferenças, com espaços, mentes e corações abertos. Nessa perspectiva, não há lugar para categorização dos alunos ou atributos que excluem ou incluem de determinados agrupamentos, garantido o direito à diferença.

Um dos grandes desafios de uma gestão democrática é responsabilizar-se pela aprendizagem e inclusão das pessoas com deficiências, rompendo barreiras físicas e atitudinais, com respostas educativas adequadas às suas necessidades e adaptações significativas nas salas de aula de modo a criar um espaço comum de aprendizagem e participação de todos, com qualidade. A qualidade da escola é condição essencial de inclusão e democratização, tendo como pressuposto o reconhecimento das diferenças e o exercício da cidadania.

Mittler (2003) destaca pontos importantes para se concretizar a inclusão:

“No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo

corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos na escola ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como a oportunidades de esporte, lazer e recreação". (MITTLER, 2003, p. 25)

Trata-se de uma mudança de olhar, antes focado nas dificuldades do aluno e demais obstáculos, direcionando-o para as respostas educacionais que a escola precisa e é capaz de proporcionar. A inclusão vem de encontro a uma gestão que ser quer democrática e de uma educação para todos com qualidade e sem exceções, essa é uma tarefa e um desafio que todos os agentes educacionais devem se comprometer e fazer acontecer.

O Projeto Político Pedagógico sistematiza as escolhas e decisões da escola e de suas demandas, estabelecendo condições legais para o exercício da autonomia e da democracia. Nesse sentido, o AEE e a educação especial, devem estar inseridos no campo das discussões e no bojo das práticas escolares, integrando a gestão democrática da escola. Cabe à gestão assegurar que o AEE seja implantado e executado e que os alunos não sejam excluídos ou sofram qualquer forma de preconceito e discriminação na escola, instituindo uma concepção colaborativa, tolerante e solidária.

O papel da escola especial e do próprio professor foi negligenciado por muito tempo e em muitos países, e hoje estão sendo redefinidos e ressignificados quanto à organização de serviços de apoio, suporte à inclusão e cooperação com as demais instituições, criando e fortalecendo vínculos entre as escolas especiais e comuns, disponibilizando seus esforços, sua experiência e seus recursos para a construção de uma educação que não segregue, não rotule e não discrimine, enfim, buscando novos caminhos para uma educação de qualidade para todos os alunos.

Nessa perspectiva, a ressignificação da educação especial vai exigir uma interlocução permanente entre a escola comum e a escola especial, do professor da escola comum e do professor especializado, de forma que seja construída uma prática verdadeiramente cooperativa, possibilitando a organização de serviços de apoio mútuo. É preciso acreditar que ambas e ambos têm muito para aprender e para ensinar mutuamente.

O gestor desempenha um importante papel de liderança ao assumir a responsabilidade pela organização de uma escola inclusiva, de todos e para todos, numa atitude acolhedora e colaborativa, que inspira e encoraja outras pessoas a

enfrentarem esse desafio. A postura firme e segura do gestor no propósito de construir uma escola inclusiva é fundamental para que os demais profissionais, pais, alunos e comunidade possam abraçar e lutar para que a inclusão aconteça de fato e por direito.

Enfim, a gestão democrática e inclusiva demanda disponibilidade de quebrar barreiras, resistências e paradigmas; tornar a escola mais acessível e as pessoas mais sensíveis e tolerantes; alocar recursos; consolidar um trabalho em equipe e redes de apoio; a formação permanente dos professores e equipes; uma comunidade educativa e colaborativa; organizar as situações de aprendizagem considerando as diferenças e os apoios necessários e que a escola seja boa para todos os alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O acesso, participação, permanência e aprendizagem de todos os alunos nas escolas comuns, é um direito que deve ser garantido por gestores, governantes e cidadãos. Celebrar as diferenças, acolher a todos sem distinção, romper com o conservadorismo das escolas é um desafio na construção da educação inclusiva.

Cabe ao gestor e a cada agente da comunidade escolar, o compromisso de promover uma educação de qualidade para todos, eliminar ou minimizar as barreiras, reinventar a escola, ressignificar suas práticas com novas formas de ensinar e aprender pautadas nas diferenças.

A educação inclusiva está atrelada à gestão democrática, no sentido de que a construção de uma escola inclusiva é uma decisão coletiva, de defesa de direitos e de democratização de oportunidades. A inclusão é um paradigma e um direito que precisa ser resguardado e defendido para todos e por todos, onde a gestão escolar pode ser a principal viabilizadora e guardiã desse direito.

A cada ano constata-se o ingresso de mais alunos com deficiência ou TGD na EE José Bonifácio. A inclusão escolar, o respeito e o reconhecimento da multiplicidade, a celebração das diferenças, as adaptações no ambiente escolar, grandes e pequenas, podem fazer a diferença e contribuir para a construção de uma nova sociedade, mais tolerante, inclusiva e pacífica.

Enfrentando nossos próprios medos e conflitos pessoais, nossas barreiras e resistências internas, encarando os desafios e reafirmando nosso compromisso com uma educação para todos, estaremos contribuindo para o rompimento das formas de exclusão e discriminação que ainda imperam na sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 34ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jontiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Marcos político-legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB Nº 2/2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 2001. Seção 1E, p.39-40.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB Nº 4/2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2009, Seção 1, p. 17.

CURY, C. R. J. **O direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola.** Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/O\\_DIREITO\\_A\\_EDUCACAO\\_-\\_Carlos\\_Roberto\\_Jamil\\_Cury\\_1\\_%20\(1\).pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/O_DIREITO_A_EDUCACAO_-_Carlos_Roberto_Jamil_Cury_1_%20(1).pdf). Acesso em: 13 jul. 2014.

FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Avaliação e Diagnóstico. Projeto Águia - Programa de Desenvolvimento Técnico, Módulo 1 e 2. Pará de Minas, 2001.

MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. 2ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Guia de Orientação da Educação Especial na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.** Disponível em: <http://seeensinoespecial.educaco.mg.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2014.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

POÇO FUNDO. **Projeto Político Pedagógico.** Escola Estadual José Bonifácio. Poço Fundo/MG, 2014.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

**ANEXO: Projeto Político Pedagógico**



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA  
E. E JOSÉ BONIFÁCIO – POÇO FUNDO - MG**

**ELENARA MAC INTYER BALDIM RIBEIRO**

**ERIVELTON GIOVANI RAMOS**

**FABIO BRAZIER**

**LILIANE CARVALHO PEREIRA**

**ROSANA MARA GONÇALVES**

**BELO HORIZONTE, 2014**

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA  
E. E JOSÉ BONIFÁCIO – POÇO FUNDO - MG**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2014**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. FINALIDADES DA ESCOLA.....</b>	<b>5</b>
<b>3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>7</b>
<b>4. CURRÍCULO E TEMPO ESCOLAR.....</b>	<b>10</b>
<b>5. PROCESSOS DE DECISÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....</b>	<b>21</b>
<b>7. AVALIAÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>34</b>

## 1- INTRODUÇÃO

A Escola Estadual José Bonifácio, situada no centro do município de Poço Fundo/MG, atende atualmente o Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano e oferece o Projeto Educação em Tempo Integral, funcionando nos turnos matutino e vespertino, totalizando 678 alunos matriculados e 28 turmas. Em 2013, foi selecionada como Escola Destaque Regional pela Superintendência Regional de Ensino de Varginha.

Historicamente, o Grupo Escolar José Bonifácio, foi criado pelo decreto Nº 5.046 de 31 de julho de 1918, publicado no Minas Gerais de 01 de agosto de 1918 e Lei Nº 1.039 de 12 de dezembro de 1953, foi instalado em 01 de fevereiro de 1928, funcionando em prédio do Estado. A denominação da escola foi alterada com a Resolução Nº 810/74, passando de “Grupo Escolar José Bonifácio”, para “Escola Estadual José Bonifácio”. Com a Resolução Nº 9581/98, de 30/12/98, pág. 2, col.1, do Minas Gerais foi autorizada a extensão de séries e o funcionamento de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental a partir de 1999.

O Projeto Político Pedagógico explicita a identidade da escola, uma vez que foi construído coletivamente pela comunidade escolar a partir da reflexão e discussão dos problemas, necessidades e expectativas dos segmentos da escola. Evidencia o empenho da equipe no fortalecimento da relação família/escola, a efetivação de práticas inclusivas, do trabalho coletivo e construção de uma escola pública pautada nos pilares da educação.

A missão e visão da escola expostas no PPP respaldam a qualidade do ensino e a garantia de acesso e permanência do aluno, deixando claro o posicionamento da escola enquanto viabilizadora do direito à educação e de emancipação do aluno.

Os princípios, as formas de organização e o currículo da escola que constam do PPP são norteados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), legislação vigente da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e afins, sempre de encontro aos anseios da comunidade.

A escola dispõe de serviços e espaços pedagógicos complementares, dentre os quais a biblioteca, laboratório de ciências, laboratório de informática, sala ecológica, sala ambiental, sala de recursos e sala multimeios, que aliados aos projetos interdisciplinares e ações sociais, culturais, políticas e esportivas,

enriquecem e dinamizam a prática pedagógica, motivam os alunos e ampliam a participação da família.

“O projeto da Escola depende, sobretudo, da ousadia de seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo da “cara” que tem, com o seu cotidiano e seu tempo-espaço, isto é, contexto histórico em que ela se insere” (GADOTTI, 1998, p.18).

Assim, o PPP da E. E. José Bonifácio traduz os objetivos, intenções, ideais e aspirações da comunidade escolar e busca concretizar uma gestão democrática e participativa, articula-se aos diversos projetos da sala de aula, aos espaços e tecnologias disponíveis, agregando alunos, professores, servidores, gestores, pais e comunidade, representa o contexto escolar, sua utopia e ousadia.

## **1- FINALIDADES DA ESCOLA**

A educação configura-se como um direito inalienável do ser humano e um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família na sua oferta a todos. Ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo também considerada como um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais, conforme preconiza a Resolução CNE/CEB nº 7 de 14 de dezembro de 2010.

A Escola Estadual José Bonifácio, situada no centro do município de Poço Fundo/MG, atende o Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano nos turnos matutino e vespertino, totalizando 678 alunos matriculados perfazendo 28 turmas e oferecendo o Projeto Educação em Tempo Integral.

O Projeto Político Pedagógico explicita a identidade da escola, a partir da reflexão e discussão dos problemas, necessidades e expectativas dos segmentos da escola. A missão e visão da escola respaldam a qualidade do ensino e a garantia de acesso e permanência do aluno, deixando claro o posicionamento da escola enquanto viabilizadora do direito à educação, enquanto “direito social, direito de cidadania e direito do indivíduo” (Cury, 2005, p. 17).

Consonante à visão de “ser uma escola de referência pela qualidade do ensino ministrado, buscando reduzir o abandono e a repetência, elevando o nível de aprendizagem dos alunos, valorizando e capacitando os profissionais que nela atuam”, a escola tem a missão de “assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência do aluno na escola, formando cidadãos críticos, capazes de transformar a realidade”.

Assim, o aluno, sujeito do processo educativo, é o foco e a finalidade maior da escola, e esta enquanto disseminadora de conhecimentos historicamente acumulados e produzidos deve assegurar a apropriação, construção e reconstrução dos saberes pelo aluno, sua formação geral e para o exercício da cidadania, além da preparação tecnológica e para o mercado de trabalho, intervindo criticamente e solidariamente no meio em que vive.

A E.E. José Bonifácio apresenta como escopo promover uma educação inovadora através de práticas pedagógicas que permitam a reflexão-ação-reflexão que oportunizem a aprendizagem significativa formando cidadãos criativos, críticos,

éticos, participativos e solidários, que aprendam a aprender, aprendam a ser e a conviver em sociedade.

Os princípios, a organização e o currículo da escola são norteados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), legislação vigente, rege-se pela legislação do Estado de Minas Gerais, uma vez que está subordinada a esta esfera, considerando também a realidade local e os anseios da comunidade. A Escola Estadual José Bonifácio assume como próprios os princípios e fins da Educação Nacional, estabelecidos no art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96: #

“A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

É evidente o empenho da equipe no fortalecimento da relação família/escola, na efetivação de práticas inclusivas e na construção de uma escola pública pautada nos pilares da educação e na efetivação do direito do aluno de aprender, se desenvolver plenamente e ter uma educação de qualidade para o exercício da cidadania e sua emancipação.

Em suma, a construção do Projeto Político Pedagógico traduz os interesses e anseios da comunidade escolar da E.E. José Bonifácio, que busca assegurar e concretizar uma educação de qualidade para todos e uma gestão democrática e participativa integrando escola e comunidade, ressignificando e intervindo no contexto em que está inserida e fazendo a diferença na vida dos alunos, ancorados por sua utopia e ousadia.

### **3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA**

A estrutura organizacional e o processo de gestão constituem o conjunto de condições, normas, diretrizes e medidas necessárias para assegurar o bom funcionamento da escola, de modo a alcançar as finalidades e objetivos educacionais esperados. Segundo Libâneo (2012, p. 472), a organização geral do trabalho “refere-se à racionalização do uso de recursos humanos, materiais, físicos, financeiros e informacionais e à eficácia na utilização desses recursos e meios de trabalho”.

“É importante compreender que por detrás do estilo e das práticas de organização e gestão, está uma cultura organizacional, ou seja, há uma dimensão cultural que caracteriza cada escola, para além das prescrições administrativas e das rotinas burocráticas” (LIBÂNEO, 2001, p. 22).

A Escola Estadual José Bonifácio está acordada à legislação vigente no que diz respeito à organização curricular. Apresenta uma base comum e uma parte diversificada, atendendo, dessa forma, às exigências da comunidade escolar local. No tocante a parte administrativa, além dos recursos governamentais a escola conta com recursos diretamente arrecadados, provenientes da iniciativa da comunidade escolar e dos servidores da escola, com destaque para a Festa Junina que este ano de 2014 arrecadou cerca de R\$ 8.000,00 e que futuramente será discutida com o Colegiado, servidores e membros da comunidade escolar a melhor forma de investir estes recursos na escola. Outros recursos para projetos e viagens (equipe de judô, Banda Marcial) são arrecadados com o empresariado local e “Amigos da Escola”, a Prefeitura Municipal sempre fornece ônibus para transporte dos alunos para os projetos acima citados e para viagens pedagógicas de curta distância (até 100 km).

O quadro de pessoal da escola é composto pela equipe gestora, formada pela diretora e vice-diretor, 1 secretária, 6 assistentes técnicos, 11 auxiliares de serviços gerais, 3 especialistas, 2 professores para o ensino do uso da biblioteca, 6 professores eventuais, 1 professor da sala de recursos, 1 professora eventual, 1 professor de música e 47 professores corpo docente do 1º ao 9º ano.

Para auxiliar o trabalho pedagógico, a escola dispõe de uma boa estrutura física, de materiais e equipamentos para os serviços de apoio pedagógico e atividades complementares: 1 biblioteca com acervo de milhares de livros, 1 laboratório de ciências completo (microscópio, lupa eletrônica, estufa, vidraria, reagentes, etc), 2 lunetas, 1 laboratório de informática, 1 sala ecológica, 1 sala ambiental, 1 horta orgânica, 2 lousas digitais, 3 data show, 1 retroprojetor, 3

notebooks, 1 Tablet, 5 televisores, 3 aparelhos de DVDs, acervo de filmes e documentários, 5 mini system, 1 som profissional para apresentações, jogos de xadrez, 1 sala de recursos com 3 computadores adaptados a alunos com deficiência, 1 sala de multimeios (judô, música, teatro), 1 parque infantil, 1 horta orgânica, 1 casa de bonecas, 1 rádio educativa, 2 quadras esportivas (sendo 1 oficial e coberta), material esportivo completo (Futsal, Judô, Vôlei, Handball, Badminton, etc.), 2 mesas de ping-pong, jogos para Recreio Monitorado, dezenas de instrumentos musicais para Banda Marcial, 5 violões, 1 tatame, 100 quimonos, acervo completo de mapas (históricos, geográficos e de ciências), 1 globo geográfico, material dourado completo, 1 modelo de esqueleto, modelos anatômicos do corpo humano, 1 aquário de peixes, entre outros que aliados aos projetos interdisciplinares, enriquecem e dinamizam o currículo e a prática pedagógica.

Enquanto escola estadual é mantida basicamente com recursos financeiros repassados pelo Governo do Estado de Minas Gerais/Secretaria de Estado de Educação, por meio de termos de compromisso à Caixa Escolar e recurso complementar do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Conta com serviços pedagógicos, os quais são coordenados por pedagogos que exercem o papel de articuladores do trabalho pedagógico da Escola, coordenando e integrando o trabalho dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem, pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família.

Para tanto, a escola oferta o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), Tempo Integral, procurando, conforme o art. 22 da LDB (1996) "desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". A escola é organizada em dois turnos matutino e vespertino e conta atualmente com 702 alunos matriculados, perfazendo um total de 27 turmas, sendo assim distribuídas:

1º ano: 48 alunos divididos em 2 turmas (uma com 23 e outra com 25 alunos), turno vespertino, 2 educadores e 1 professor de apoio.

2º ano: 37 alunos divididos em 2 turmas ( uma com 18 e outra com 19 alunos),turno vespertino, 2 educadores.

3º ano: 56 alunos divididos em 3 turmas (19, 17 e 20), turno vespertino, 3 educadores, 1 professor de apoio.

4º ano: 63 alunos divididos em 3 turmas (20,20 e 23), turnos vespertino e matutino, 1 educadores por turma, 1 professor de apoio.

5º ano: 60 alunos divididos em 3 turmas (24, 21 e 15), turno matutino, 3 educadores que se revezam nas turmas (Geografia/História, Língua Portuguesa e Matemática).

6º ano: 122 alunos divididos em 4 turmas ( 32 e 34, turno matutino e 22 e 23, turno vespertino) 8 educadores por turma e 2 professores de apoio.

7º ano: 115 alunos divididos em 4 turmas ( 32 e 34 alunos no turno matutino e 22 e 23 no turno vespertino), 8 educadores por turma e 1 professor de apoio.

8º ano: 98 alunos divididos em 3 turmas ( com 35, 30 e 33 alunos) no turno matutino e 8 educadores por turma.

9º ano: 82 alunos divididos em 3 turmas ( com 28, 19 e 35 alunos) no turno matutino e 8 educadores por turma.

Obs.: Os professores de apoio são para acompanhar os alunos com necessidades especiais.

Na parte pedagógica, ressalta-se que as estratégias destinadas a melhorar o desempenho dos alunos são elaboradas a partir das indicações e recomendações presentes no PIP (Plano de Intervenção Pedagógica). Outras atividades igualmente são oferecidas como estratégias para a melhoria da qualidade da educação. A rádio "JB", o Facebook da Escola, a Banda Marcial, os "60 planos", feiras, exposições, palestras, festival de poesias, festa junina, campeonato de judô são atividades desenvolvidas pelos alunos, em parceria com a comunidade escolar. Buscando a construção de um saber teórico-prático, são ainda efetuadas visitas e atividades especiais em espaços diversificados (laboratórios), procurando articular a teoria trabalhada em sala de aula com aspectos relacionados à realidade sociocultural, que possibilitam ao educando a utilização de diferentes estratégias de aprendizagem e maior participação na comunidade.

São realizadas reuniões semanais com duração de 2 horas com todos os educadores onde são discutidas estratégias pedagógicas, projetos interdisciplinares, planos de ação imediata e pactuação de metas futuras.

## 4 - CURRÍCULO

Durante muito tempo a ideia de currículo esteve apenas associada à ideia de conteúdos programáticos a serem desenvolvidos por uma instituição escolar a um determinado grupo de educandos, porém com as mudanças ocorridas na sociedade e a constante demanda cada vez maior por uma escola que forme para a vida, pode-se dizer que o currículo hoje deve ser concebido como uma ferramenta estruturadora de todo o processo escolar, devendo ser visto por todos os educadores, alunos e todos os envolvidos no processo escolar como uma “peça chave” do processo de ensino aprendizagem.

Para Sacrístan (2000; p.38),

O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas.

Segundo Althusser (1983), historicamente o currículo pode ser visto como ferramenta tanto emancipatória como doutrinadora, dependendo da concepção de cada instituição escolar e de seu gestor, pode ainda ser uma ferramenta de perpetuação ideológica, bem como uma ferramenta emancipatória, cabendo à decisão a ser tomada pelos envolvidos no processo de construção de cada currículo.

Nesse sentido também diz Moreira (1998; p. 14) “A escola, por seus conteúdos, por suas formas e por seus sistemas de organização, introduz nos alunos de forma progressivamente, as ideias, os conhecimentos, as concepções, as disposições e os modos de conduta que a sociedade adulta requer.”

Diante disso, cabe à escola compreender o currículo através das sistematizações das experiências dos alunos, dos educadores e de toda a comunidade envolvida, de modo que se possa dar significado e sentido à tradição cultural existente, a reflexão do contexto social, pois esse mecanismo de aprendizagem distribui o conhecimento concreto, real e crítico, possibilitando que os envolvidos se tornam protagonistas do processo educacional.

Este é um aspecto específico da política educativa que estabelece a forma de selecionar, ordenar e mudar o currículo dentro do sistema educativo, tornado claro o poder e a autonomia que diferentes agentes têm sobre ele,

intervindo, dessa forma, na distribuição do conhecimento dentro do sistema escolar e iniciando na prática educativa, enquanto apresenta o currículo seus consumidores, ordenam seus conteúdos e códigos de diferentes tipos. (SACRISTAN, 2000; p 109).

Tendo esta concepção, o currículo da Escola Estadual José Bonifácio de Ensino Fundamental é composto por uma Base Nacional Comum, segundo a Lei 9394/96 e por uma Parte Diversificada contemplando conteúdos e estratégias que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos domínios da ação humana.

Assim sendo, dentro da filosofia escolar, o processo ensino aprendizagem tem ênfase prioritária e assume compromisso de formação de seres humanos aliado à transformação da sociedade, respeitando a diversidade cultural presente na escola. Visa à construção de uma proposta pedagógica fundamentada em ações interdisciplinares que articulem o conhecimento científico e os saberes locais dos sujeitos, propondo uma aprendizagem significativa para todos.

Nesse contexto, os componentes curriculares integram-se, compondo uma política educacional interativa que prevê uma relação multidisciplinar na forma de parcerias com a comunidade. Especificamente Ética trabalha juntamente com História, analisando as causas e efeitos das ações humanas no tempo e no espaço. Já a Matemática, interage com a Língua Portuguesa, a Educação Física, Artes e Geografia propondo análise através do raciocínio lógico e abstrato, em relação ao cosmo individual e universal. E, como forma expressiva, formativa e cultural, a Redação, a Língua Estrangeira e a Literatura fecham o leque em termos complementativos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os quadros curriculares da Escola José Bonifácio está organizado da seguinte forma:



EE JOSÉ BONIFÁCIO

2014

R PREF EDGAR FERREIRA, 124  
CENTRO3283-1200  
37757000

## ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

BASE NACIONAL COMUM LEI 9394/96	LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	CICLO DA ALFABETIZAÇÃO						CICLO COMPLEMENTAR			
			1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
			AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.
		ED FÍSICA	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00
		HISTÓRIA	1	40:00	1	40:00	1	40:00	2	80:00	2	80:00
		GEOGRAFIA	1	40:00	1	40:00	1	40:00	2	80:00	2	80:00
		ENSINO RELIGIOSO	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00
		CIÊNCIAS DA NATUREZA	1	40:00	1	40:00	1	40:00	2	80:00	2	80:00
		MATEMÁTICA	6	240:00	6	240:00	5	200:00	5	200:00	5	200:00
PARTE DIVERSIFICADA		JORNALISMO		0:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00
				0:00		0:00		0:00		0:00		0:00
				0:00		0:00		0:00		0:00		0:00
				0:00		0:00		0:00		0:00		0:00
TOTAL:			20	800:00	20	800:00	20	800:00	20	800:00	20	800:00

DIAS LETIVOS SEMANAIS	5
DIAS LETIVOS	200
Nº DE SEMANAS LETIVAS	40
DURAÇÃO MÓDULO AULA:	1:00

## OBSERVAÇÕES:

MATRIZ CURRICULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL REGIDA NOS TERMOS DA LEI 9394/96 E RESOLUÇÃO CNE/CEB 07 / 2010. Ensino Religioso de oferta obrigatória pela escola e matrícula facultativa para o aluno. A escola oferecerá no cômputo da carga horária, atividades para os alunos que não optarem por Ensino Religioso.

Rita de Cássia S. da Costa  
Diretora  
MASP: 354361-8 MG 12/01/12

Aprovado pelo Colegiado  
E. E. José Bonifácio - Poço Fundo-MG  
Data 24/03/14  
Assinatura

SRE - VARGINHA  
DATA: 24/03/14  
CIENTE: Daniel

Mª Beatriz Andrade Costa Pereira  
Inspetora Escolar  
MASP 29952-2



EE JOSÉ BONIFÁCIO

2014

R PREF EDGAR FERREIRA, 124  
CENTRO3283-1200  
37757000

## ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

BASE NACIONAL COMUM LEI 9394/96	LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	CICLO DA CONSOLIDAÇÃO									
			6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO			
			AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.		
		ARTE	2	80:00	2	80:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00
		ED FÍSICA	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40
		HISTÓRIA	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00
		GEOGRAFIA	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00
		ENSINO RELIGIOSO	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20
		CIÊNCIAS DA NATUREZA	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00
		MATEMÁTICA	6	200:00	6	200:00	5	166:40	6	200:00	6	200:00
PARTE DIVERSIFICADA	LINGUAGENS	INGLÊS	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20
				0:00		0:00		0:00		0:00		0:00
				0:00		0:00		0:00		0:00		0:00
				0:00		0:00		0:00		0:00		0:00
TOTAL:			25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20

DIAS LETIVOS SEMANAIS	5
DIAS LETIVOS	200
Nº DE SEMANAS LETIVAS	40
DURAÇÃO MÓDULO AULA:	0:50

## OBSERVAÇÕES:

MATRIZ CURRICULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL REGIDA NOS TERMOS DA LEI 9394/96 E RESOLUÇÃO CNE/CEB 07 / 2010. Ensino Religioso de oferta obrigatória pela escola e matrícula facultativa para o aluno. A escola oferecerá no cômputo da carga horária, atividades para os alunos que não optarem por Ensino Religioso.

Rita de Cássia S. da Costa  
Diretora  
MASP: 354361-8 MG 12/01/12

Aprovado pelo Colegiado  
E. E. José Bonifácio - Poço Fundo-MG  
Data 24/03/14  
Assinatura

SRE - VARGINHA  
DATA: 24/03/14  
CIENTE: Daniel

Mª Beatriz Andrade Costa Pereira  
Inspetora Escolar  
MASP 29952-2

Nesse sentido, evidencia-se que os conteúdos curriculares da Educação Básica da Escola Estadual José Bonifácio observam as seguintes diretrizes: a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; orientação para o trabalho; promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Currículo da escola abrange o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. O ensino da Arte e a Educação Física constituem-se em componentes curriculares obrigatórias, nos níveis da educação básica, a intenção de promover o desenvolvimento cultural dos alunos. O ensino da História do Brasil leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana, asiática e europeia. Além disso, a História e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas permearão todo processo educativo de acordo com a Lei Federal nº 10.639 de 09/01/03, Lei 11645/08; Res. SEE. Nº1159/08, de 16/07/08 em especial nas áreas de Arte, de Literatura e História Brasileiras nos currículos do ensino fundamental.

Ainda, o estudo da língua estrangeira tem como objetivo desenvolver as habilidades comunicativas de falar, ouvir, ler e escrever. Assim, na parte diversificada do Currículo está incluída, obrigatoriamente, a Língua Inglesa a partir do 6º ano do Ensino Fundamental. De matrícula facultativa, o Ensino Religioso, constitui disciplina dos horários normais do Ensino Fundamental Anos iniciais e finais. Já o Ensino da Música encontra-se de acordo com a Lei Federal nº 11.769/08, de 18/08/08, integrado aos conteúdos de Arte, nos currículos do Ensino Fundamental.

É importante ainda salientar que os direitos e deveres das Crianças e dos Adolescentes, estão garantidos em conformidade com a Lei Federal nº 11.525/07, de 25/09/07 e Res. SEE Nº 1307/09, de 27/03/09, encontra-se integrado aos conteúdos de Língua Portuguesa, História e Educação Religiosa, nos currículos do ensino fundamental. O uso de drogas e dependência química, conforme reza a Lei Estadual Nº 13.411/99, de 22/12/99; o Decreto Estadual Nº 41.168, de 06/07/00 e a Resolução Conjunta SEE/SES Nº 01/01, de 23/02/01, integra os conteúdos de Ciências nos currículos do ensino fundamental. Ainda, assuntos relacionados com a

higiene bucal, conforme dispõe a Lei Estadual nº 13.802/00, de 27/12/00, integram o conteúdo de Ciências do ensino fundamental.

Já a preparação básica para o trabalho e os aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade, educação para o trânsito e vida familiar e social) são oferecidos e articulados nas áreas de conhecimento do ensino fundamental. A educação para o consumo, de acordo com a Lei Estadual Nº 12.900/98, de 24/06/98 e a educação ambiental, conforme a Lei Federal Nº 9.795/99, de 27/04/99, como temas transversais, são trabalhados nas diversas componentes curriculares do ensino fundamental.

Embora alguns dos temas transversais, quais sejam, ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural e trabalho e consumo sejam desenvolvidos de forma mais abrangente nas áreas referidas às ciências naturais, são igualmente trabalhados de forma contínua e integrada em todos os componentes curriculares dos currículos do ensino fundamental.

Dentre as estratégias curriculares adotadas pela instituição, destaca-se a participação no Projeto Escolas-Referência que efetivamente desenvolve as ações como: GDPEAS (Grupo de Desenvolvimento Profissional do PEAS - Educação Afetivo-Sexual), que servem de pilares para a execução do PDPI (Plano de Desenvolvimento Pedagógico Institucional), implantado a partir de 2005/2006, com o objetivo de resgatar a excelência da educação pública no Estado de MG. Assim sendo, busca-se a construção de uma proposta pedagógica em que a articulação entre os saberes locais dos sujeitos e a estruturação de projetos interdisciplinares possibilite atingir uma aprendizagem significativa.

Ressalte-se que as estratégias destinadas a melhorar o desempenho dos alunos são elaboradas a partir das indicações e recomendações presentes no PIP (Plano de Intervenção Pedagógica). Outras atividades igualmente são oferecidas como estratégias para a melhoria da qualidade da educação. A rádio "JB", o facebook da Escola, a Banda Marcial, feiras, exposições, palestras, festival de poesias, são atividades desenvolvidas pelos alunos, em parceria com a comunidade escolar. Buscando a construção de um saber teórico-prático, são ainda efetuadas visitas e atividades especiais em espaços diversificados (laboratórios), procurando articular a teoria trabalhada em sala de aula com aspectos relacionados à realidade

sociocultural, que possibilitam ao educando a utilização de diferentes estratégias de aprendizagem e maior participação na comunidade.

Nesse sentido, a escola visa desenvolver a educação plena de seu educando, através de um currículo compromissado com a transformação social, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à formação integral do educando, flexível em relação aos conceitos e ressignificação dos conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos; e também possibilitar vivências significativas; contribuir para que todos assumam seu papel no processo histórico, contemplar atividades criativas, interativas e transdisciplinares fundamentadas na ética e na preocupação com o ser humano numa ação contextualizada, promover uma educação voltada para a cooperação, integração, participação e comprometimento de todos os envolvidos neste processo. Para isso busca desenvolver projetos que garantam a dinamização do processo de modo a permitir vivenciar de forma completa, objetiva e real, a expressão, a criação e a auto descoberta, a interação e a aquisição de novos conhecimentos e competências que estimulem a curiosidade, a iniciativa, o relacionamento, a responsabilidade e o aprofundamento de estudos, tudo isso através de um currículo construído pela coletividade e que é compreendido como respostas aos anseios de uma comunidade.

#### **4.1. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

Em uma escola a organização do tempo é primordial. O calendário escolar é essencial para a construção da organização do currículo escolar. É necessário saber quantas horas cada professor tem para se dedicar a sua aula, quando será feriado, o período de férias, os dias letivos, as atividades extracurriculares e pedagógicas.

O professor também precisa de tempo para conhecer seus alunos, participar de formação continuada, preparar suas aulas, diários e avaliações. O estudante também precisa de tempo para estudar e se organizar.

A coletividade prevalece na elaboração do planejamento pedagógico e dos projetos escolares. Estes, de acordo com suas necessidades e características, são discutidos hora, por todos os professores nas reuniões conjuntas, hora realizadas

em grupos de estudos pré-definidos (por área de ensino, série, etc.) para que só depois sejam discutidos e finalizados nas reuniões citadas acima.

O Planejamento deve ser feito por cada professor diariamente de acordo com os Conteúdos Básicos Comuns (CBC), tomando por princípio que cada aula deve ser avaliada e repensada em sua plenitude. As reuniões pedagógicas semanais oferecem a oportunidade dos professores desenvolver o intercâmbio com outras disciplinas e também desenvolvam as ações que serão implementadas durante o bimestre, semestre e ano letivo.

A E. E. José Bonifácio tem a sua Educação Básica organizada em ciclos: Ciclo de Alfabetização com 1º Ano, 2º Ano e 3º Ano; Ciclo Complementar com 4º Ano e 5º Ano; e Anos Finais do 6º ao 9º Ano.

Em sua carga horária, o calendário consta de 200 (duzentos) dias letivos, 800 (oitocentas) horas anuais, 4 (quatro) horas aula/diária, 2 (duas) horas semanais – reunião módulo II e horas de atividades extraclasse.

Os critérios de enturmação levam em conta a idade, sendo as turmas formadas com 25 alunos nos anos iniciais e nos anos finais com uma média de 30 alunos. Esta enturmação tem como um dos princípios norteadores, salas heterogêneas, o que possibilita o desenvolvimento social, intelectual e político dos educandos, fazendo assim, valer a legalidade e a modalidade da inclusão e da educação de qualidade. Já a reenturmação ao longo do ano é realizada sempre que necessário, garantindo o sucesso do aluno.

A divisão da organização escolar em ciclos se deu em 1984, com a implementação do Ciclo Básico de Alfabetização, CBA, no Estado de São Paulo. Para compreendê-los melhor Mainardes (2007), esclarece

Pelo fato de ser a primeira experiência de organização da escola em ciclos implementada em larga escala e de ter sido bastante explorado em pesquisas oficiais acadêmicas, O Ciclo Básico de Alfabetização tornou-se uma referência para a expansão do ciclo para os demais anos do Ensino Fundamental nos anos de 1990, bem como para a incorporação dos ciclos como uma das modalidades de organização do ensino na LDB de 1996 (MAINARDES, 2007, p. 69).

A escola dispõe de excelente espaço físico o que contribui para a otimização da organização espacial da mesma. A escola crê na necessidade de se redefinir a utilização e as características físicas do espaço para atingir o sucesso do processo ensino-aprendizagem. Assim utiliza todas as dependências da escola para a realização deste processo: 1 almoxarifado; 1 Área de Serviço; 1 Biblioteca; 6 áreas

de circulação interna adaptada para deficiente; 1 coletor de lixo seletivo; 1 cozinha completa; 1 depósito de material de limpeza; 1 despensa; 1 diretoria; 1 Laboratório de Ciências; 1 Laboratório de Informática; 1 Parque Infantil; 1 quadra de esportes coberta; 1 quadra de esportes descoberta; 1 refeitório; 16 salas de aula (13 com acesso para cadeirantes); 1 sala de coordenação pedagógica; 1 sala para professor; Sala de recursos multifuncionais; 1 sala de Multimeios (Judô, Música, etc); 1 Sala Ecológica; 1 Sala Ambiental; 1 Horta Orgânica; 1 Casinha de Bonecas.

É importante fazer da organização espacial um ato pedagógico. O espaço escolar é utilizado para leitura de histórias, brincadeiras dirigidas, atividades esportivas, assistir desenhos e documentários, observações e conversas informais. O espaço dentro da sala é bem aproveitado com cantinhos de atividades diversificadas e leitura, carteiras agrupadas, uso das paredes, murais e varais.

Considera-se que o ensino deve ser uma atividade, eminentemente interpessoal, de encontros e trocas de experiências, e que, a educação afetiva deve caminhar paralelamente à educação intelectual.

Sendo assim, devemos promover a interação, enfatizando: leitura, pesquisa e o trabalho em grupo, garantindo ainda um clima propício à elevação da auto estima do aluno, favorecendo o seu sucesso na escola.

O planejamento bimestral dos conteúdos trabalhados são programados de forma contextualizada e interdisciplinar de cada série com auxílio do currículo integrado.

Atividades que a escola utiliza para complementar a prática pedagógica:

- intercâmbio cultural através de visitas às indústrias, escolas, centros culturais, supermercados...
- aulas de campo (plantio de árvores e limpeza da mata fruteira à escola)
- participação em campanhas contra a Dengue a AIDS, Reciclagem do lixo;
- participação em comemorações de datas cívicas;
- excursões;
- participação em gincanas culturais;
- participação em concursos regionais e municipais e estaduais;
- Olimpíadas da Língua Portuguesa, Matemática, etc.

Outro ponto que merece destaque na E. E. José Bonifácio é a Educação Integral, pois através de uma educação escolar ampliada em suas tarefas sociais e

culturais, esteve presente nas propostas de diferentes correntes políticas, na trajetória histórica do nosso país.

No decorrer da última década, foi implantado o Projeto Educação em Tempo Integral, nas escolas estaduais mineiras com o objetivo de ampliar as oportunidades educativas dos alunos, visando à formação de novas habilidades e conhecimentos, pela expansão do período de permanência diária nas atividades promovidas (na) pela escola, inclusive por meio de parcerias, a E. E. José Bonifácio proporciona a seus alunos a oportunidade de participar deste projeto. Os resultados esperados são a ampliação da oferta de educação integral, visando à formação cidadã e à melhoria dos resultados dos indicadores educacionais.

Conforme previsto no Plano Decenal de Educação de Minas Gerais, Lei nº 19.481, de 12/01/2011, a oferta de tempo integral deverá priorizar alunos (ensino fundamental e médio) que se encontram em condição de maior vulnerabilidade social, como descreve o Projeto Estratégico Educação em Tempo Integral desenvolvido pela Secretaria de Estado da educação de Minas Gerais:

“A escola, em consonância com seu projeto pedagógico e em diálogo com a comunidade, será a referência para definir quais alunos participarão das atividades. No desenvolvimento de uma proposta de educação integral não existem modelos predefinidos, mas é fundamental organizar um currículo capaz de integrar os diferentes campos do conhecimento e as diversas dimensões formadoras das crianças e jovens na contemporaneidade. A escola deve voltar-se, também, para a formação do cidadão, priorizando práticas e construindo valores que possibilitem a convivência em uma sociedade democrática sem abrir mão de seus conteúdos, mas atribuindo sentido ao que é transmitido.”

Os critérios para adesão ao projeto são o desejo da comunidade escolar, a implantação do Projeto Educação em Tempo Integral na escola e o fato da escola ter condições de (re)organizar seus espaços e buscar outros, além dos muros da escola, dentro da perspectiva da cidade educadora. Ou seja, a escola deve ser capaz de articular parcerias dentre as quais podemos destacar: poder público municipal e pessoas físicas e jurídicas) dentro e fora do seu território educativo, de forma interinstitucional.

O Projeto Educação em Tempo Integral deve ser desenvolvido, prioritariamente, por escolas e alunos em situação de vulnerabilidade: em distorção idade-ano; onde houver necessidade de correção de fluxo (redução da evasão e/ou repetência); beneficiários do Programa Bolsa Família; abuso, violência e trabalho infantil; com baixo rendimento escolar.

O Projeto Educação em Tempo Integral tem carga horária, diária, assistida pelos professores de 5h, sendo 04h10min de atividades educativas e 50min destinada ao almoço.

A inclusão tem sido a marca da educação nesta década, o grande foco das políticas públicas e ações educativas, buscando sempre o benefício da educação para todos.

Mittler (2003) destaca pontos importantes para se concretizar a inclusão:

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos na escola ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como a oportunidades de esporte, lazer e recreação. (MITTLER, 2003, p. 25)

Quanto à inclusão e partindo da reflexão segundo Edler Carvalho:

“A inclusão educacional é mais que a presença física, é muito mais que matricular alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular, é bem mais que um movimento de educação especial, pois se impõem como movimento responsável que não pode abrir mão de uma rede de ajuda e apoio aos educadores, alunos e familiares.” (CARVALHO, 2004, p.45).

A E. E. José Bonifácio possui Sala de Recursos com profissional especializada em Educação Especial, para atendimento aos alunos em dois turnos alternados (matutino/vespertino). Na Sala de Recursos o trabalho é desenvolvido de acordo com as dificuldades de cada aluno. A sala conta com computadores adaptados (teclado “colmeia”, movimentos por câmera, sons, etc.), Material Dourado, Jogos Educativos, Material Braille, entre outros instrumentos para facilitar o trabalho com alunos com algum tipo de deficiência.

A inclusão social, o respeito as diversidades são hoje um dos pré-requisitos de uma escola democrática. Além da estrutura ofertada pela SEE e pelo Governo Federal, a educação inclusiva na E. E. José Bonifácio é desenvolvida também com a colaboração da sociedade civil, da Secretaria Municipal de Educação (transporte individual quando necessário) e de ONGs (Unidos Pela Inclusão). Além do apoio da sociedade, governos e ONGs, o sucesso da inclusão escolar depende de professores cada vez mais bem capacitados e dinâmicos.

A cada ano contamos com o ingresso de mais alunos portadores de necessidades especiais. A inclusão social, o respeito às diversidades são um

processo e a escola contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, que fazem toda a diferença.

## **5- PROCESSOS DE DECISÃO**

A escola possuindo autonomia no processo decisório, os profissionais devem participar, assumindo um compromisso com a Educação, estabelecendo metas claras e exequíveis, criando a consciência coletiva com base nos diagnósticos.

A participação dos profissionais dar-se-á através das reuniões técnico-pedagógica, Assembleias, Colegiado Escolar e Conselho de Classe.

“Tudo que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.”  
(FREIRE, 2002, p. 32)

Na E. E. José Bonifácio possui uma gestão democrática e participativa, sendo o convívio democrático um processo desafiador, que se constrói a cada dia, envolve toda a comunidade escolar e suas relações com o ambiente externo. E a participação nesse sentido, constitui uma das bandeiras fundamentais a serem implementadas pelos diferentes atores que constroem o cotidiano escolar.

Para uma gestão democrática é essencial a relação estabelecida entre o dirigente escolar e o grupo de efetivos da escola – professores e funcionários, superando o processo centralizado de decisão, na qual as decisões nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola, por meio de reuniões que acontecem semanalmente com duração de 2 horas.

O Colegiado Escolar, órgão de representação da comunidade educativa, conta com a participação de representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar, também participa das principais decisões por meio de reuniões que são realizadas mensalmente, constituindo um espaço de discussão de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador. Ou seja, a escola vê o Conselho Escolar como um grande aliado na luta pelo fortalecimento da unidade escolar e pela democratização das relações escolares.

Os pais e familiares são convidados a participar das reuniões de “pais e responsáveis” nos finais de cada bimestre letivo, assim como para todos os eventos que ocorrem na escola no decorrer do ano. Os pais e/ou responsáveis também possuem um canal de atendimento diário na escola, sejam recebidos pela própria gestora, seja pelo vice-diretor e supervisores. Também existem os canais alternativos de comunicação que são email, telefone e até um perfil da Escola na rede social Facebook.

Parceria é uma relação de colaboração entre instituições que compartilham objetivos ou interesses comuns, e não deve basear-se apenas em laços de amizade entre pessoas da escola e da instituição, para que o acordo não se enfraqueça se os atores principais da entidade parceira forem mudados. A José Bonifácio conta com parceria tanto com órgãos públicos – Prefeitura Municipal, através de sua várias Secretarias, SRE e SEE, como empresariado e sociedade civil.

Um ponto ainda desejável é a implementação de um Grêmio Estudantil, preparando nossos jovens para a cidadania e aproximando-os das decisões tomadas na escola.

A escolha de dirigente escolar ocorre por eleição direta para diretor e vice-diretor, onde toda a comunidade escolar, compreendida de pais, estudantes, professores e funcionários votam, assim como para a formação de colegiado.

Quanto as avaliações dos serviços escolares são feitas principalmente no “Dia D” que ocorrem uma vez por ano. Os pais e/ou responsáveis respondem um questionário sobre suas observações sobre os principais aspectos pedagógicos, físicos e administrativos da instituição.

Sem dúvida, as relações envolvendo a participação dos alunos percebe-se que ainda tem sido uma das mais negligenciadas, sobretudo se considerarmos as crianças pequenas, ainda precisa ser elaboradas formas efetivas de participação de nossos alunos.

## **6- RELAÇÕES DE TRABALHO**

“O poder só é efetivado quando a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades e os atos não usados para violar e destruir, mas para criar relações e realidades.” (Arendt, 2001, p. 212)

Na E. E. José Bonifácio prevalece sempre o diálogo, o consenso, a decisão conjunta, respeitando-se as diferenças individuais. As situações de divergências ou conflitos são resolvidos ética e democraticamente.

Cada segmento tem seus direitos e deveres previstos no Regimento Escolar e estes deverão ser observados e cumpridos por todos. Na E. E. José Bonifácio as relações de trabalho, estão calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, e em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão de trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico, este movimento, serve de verificação do confronto de interesses no interior da escola. É neste embate que se originam os conflitos, as tensões, divergências, que se conduzidos positivamente, podem fortalecer as relações, bem como o diálogo, a tolerância, a cooperação.

#### **6.1- CÓDIGO DE CONVIVÊNCIA.**

- Estar sempre aberto ao diálogo.
- Facilitar o fluxo de comunicação cultivando a objetividade, a clareza e a transparência; não sonogando informações que enriqueçam o grupo;
- Incentivar o intercâmbio entre colegas, desbloqueando possíveis barreiras, articulando com perspicácia todas as forças de crescimento presentes no grupo em benefício de todo.
- Promover constantemente a revisão curricular de forma participativa.
- Pensar e refletir sobre a sua ação.
- Manter o sigilo nas questões profissionais, quando necessário.
- Facilitar ação integrada com os demais serviços.
- Levar em consideração as decisões do grupo como significativas de desempenho de sua ação.
- Participar da elaboração, aprofundamento e aplicação da filosofia da escola, do regimento, da proposta pedagógica, de forma dinâmica e co-responsável.
- Estudar e seguir a legislação, percebendo sempre suas mudanças e adequando-a, segundo a realidade da escola.
- Fazer constantemente a leitura da realidade para trabalhar com base na mesma, mantendo uma atitude científica em relação ao seu trabalhar.

- Estar aberto a inovações construtivas, incentivando e apoiando mudanças significativas na escola.
- Manter-se atualizado e dinamizar o aperfeiçoamento contínuo.
- Cultivar uma postura constante de quem ensina e aprende.
- Organizar o próprio trabalho, considerando como essencial o respeito e incentivando a ética entre os educadores.
- Ser imparcial no atendimento às pessoas.
- Dignificar e valorizar a profissão exercendo-a e honrando seus compromissos com a coletividade a que serve.
- Exercer suas atividades com habilidade, mantendo em alto nível o relacionamento humano e o clima organizacional da escola.
- Intensificar o relacionamento da escola com a comunidade, realizando um trabalho integrado com os demais órgãos afins e participando intensamente das atividades gerais da escola.
- Respeitar o servidor como pessoa, auxiliando-o em seus problemas e estimulando-o a desenvolver suas habilidades.
- Aceitar sugestões, dos servidores incentivando-os a exporem e defenderem seus pontos de vista.
- Participar do conselho de classe, colaborando com iniciativas que visem criar estratégias educacionais.
- Por fim, queremos enfatizar a importância de que estes princípios sejam vivenciados de forma dinâmica, criativa e coerente para que o servidor seja realmente, na comunidade, um agente mobilizador de intercâmbio de valores; atitudes e ações favoráveis ao crescimento contínuo de todo processo político-pedagógico e educativo.

## **7- AVALIAÇÃO**

### **7.1. Avaliação da Aprendizagem do Aluno**

Na E.E. José Bonifácio a avaliação é entendida como um processo voltado para a formação de competências, não apenas para a mera mensuração e

atribuição de notas ou conceitos, tem caráter formativo e participativo, onde os aspectos qualitativos prevalecem sobre os quantitativos.

A avaliação enfatiza o acompanhamento das etapas de aprendizagem e o percurso de desenvolvimento do aluno, antes de tudo é um compromisso com a aprendizagem. “Avaliar não é apenas medir, mas, sobretudo, sustentar o desempenho positivo dos alunos” (DEMO, 2000, p. 97).

É vista não apenas para indicar se houve ou não aprendizagem, mas também para traçar intervenções e redimensionar a prática pedagógica. Entende-se que a avaliação é um processo em que coletar, interpretar e planejar informações auxilia na tomada de decisão em sala de aula e deve articular-se com o projeto político pedagógico da escola, seus objetivos, currículo e metodologias.

A verificação do rendimento escolar é processo contínuo do qual participam todas as pessoas diretamente ligadas ao processo ensino-aprendizagem: professores, especialistas, vice-diretora, diretora, pais e alunos.

Nesse contexto, a aplicação de atividades avaliativas, testes ou provas e atribuição de notas incluem a análise, o mapeamento dos resultados e a definição de estratégias de intervenção, pois pretende uma avaliação em que os aspectos qualitativos sejam observados com relevância.

“A avaliação, se for bem feita, deve nos apontar onde está o problema (dificuldade, limite, necessidade). O que desejamos é que através da avaliação possamos romper as camadas que tornam opacas, obscuras, a real problemática que vivemos na educação; que possamos ver além das aparências, das justificativas ideológicas, dos mascaramentos, e dos desvios da atenção” (VASCONCELLOS, 2009, p. 177).

Os instrumentos de avaliação são discutidos, de modo que a observação direta e contínua permeie a avaliação do professor em relação ao aluno, em conformidade com o Art. 24, Inciso V da LDB (1996), que reza uma “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Na avaliação da aprendizagem, a Escola utiliza procedimentos, recursos e instrumentos diversos, tais como trabalhos diversificados e orientados pelo professor, avaliações dissertativas, avaliações objetivas, questões dissertativas, exercícios variados, produções textuais, teatro, debates, trabalhos em grupo e individuais, entrevistas, questionários, observação do desempenho do aluno,

autoavaliação, portfólio, etc. Esses métodos avaliativos revelam o esforço conjunto entre os docentes e equipe gestora para oferecer um ensino de qualidade.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as observações, as fichas descritivas e as atividades desenvolvidas pelo aluno ao longo das etapas, são registradas no diário de classe dos professores. Nos anos finais a pontuação é disposta em 25 (vinte e cinco) pontos em cada uma das quatro etapas letivas, totalizando 100 (cem) pontos, registrados também no diário de classe.

Além disso, monitorias, estudos contínuos e periódicos de recuperação, reagrupamentos de alunos, indicação de profissionais para apoio aos alunos que requerem atendimento diferenciado e assistência direta na sala de aula ou extraclasse, individualmente ou em grupos, são algumas das ações que visam otimizar as situações de aprendizagem.

Vale destacar a participação da escola nas avaliações externas em larga escala, por meio de testes padronizados, dentre as quais as do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE que envolve o PROEB – Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica, que tem por objetivo avaliar as escolas da rede pública, no que concerne às habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática, aplicado nos alunos de 5º e 9º ano; e o PROALFA – Programa de Avaliação da Alfabetização que verifica os níveis de alfabetização alcançados pelos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, da rede pública, sendo censitária no 3º ano. Além do PAAE (Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar), Provinha Brasil para 2º e 3º anos, Prova Brasil em Língua Portuguesa e Matemática para turmas de 5º e 9º ano, fornecendo indicadores importantes para a escola e promovendo a responsabilização coletiva.

Anualmente, a direção, o corpo docente e os especialistas se reúnem para analisar os resultados das avaliações internas e externas, e elaborar o PIP (Programa de Intervenção Pedagógica) com a intenção de aprofundar a compreensão e apropriação dos resultados das avaliações para a definição de estratégias destinadas a melhoria do desempenho dos alunos e da prática pedagógica na escola. Dentre as estratégias do PIP para melhoria dos resultados e da aprendizagem dos alunos, podemos citar: análise e apropriação dos resultados das avaliações externas pela equipe escolar; aplicação de avaliações diagnósticas nos alunos do 1º ao 5º ano com mapeamento dos resultados, reforço escolar,

planejamento da intervenção pedagógica; projeto de alfabetização; projetos de incentivo ao hábito de leitura; aquisição de recursos pedagógicos; participação das famílias nos eventos e reuniões.

As avaliações permitem verificar a dimensão da produção do conhecimento e a eficácia do trabalho docente, permitindo corrigir e rever ações em busca da adequação necessária às características e necessidades dos alunos. Atentos à inclusão do aluno, as avaliações são redimensionadas a partir das discussões efetuadas durante reuniões pedagógicas, de acordo com os registros de acompanhamento dos alunos no processo de construção do conhecimento e suas características individuais.

“O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida. Deste modo, por si só, é um ato amoroso” (LUCKESI, 2002, p. 180).

Em relação à promoção, a progressão continuada dentro dos Ciclos da Alfabetização e Complementar deve estar apoiada em estratégias de atendimento diferenciado, para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos. Ao final de cada ano, a equipe pedagógica da escola deve proceder ao agrupamento dos alunos que não conseguiram consolidar as capacidades previstas para que seu atendimento diferenciado aconteça, pelo tempo que for necessário. Vencidas as dificuldades, os alunos são integrados às turmas correspondentes à idade/ano de escolaridade.

Após a análise criteriosa do desempenho dos alunos, caso a caso, pelo Conselho de Classe, é considerado aprovado o aluno de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental com aproveitamento final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária geral de todos os conteúdos no período relativo ao ano em questão.

Ao aluno em progressão parcial deverão ser assegurados os estudos orientados, conforme Plano de Intervenção Pedagógica elaborado, conjuntamente, pelos professores do(s) Componente(s) Curricular(es) do ano anterior e do ano em curso.

Quanto à retenção de alunos, poderá ficar retido, após o ano, o aluno do Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio com média final inferior a 60 (sessenta) pontos em quatro ou mais conteúdos, incluindo-se nesse cômputo, as disciplinas do ano em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial,

depois de esgotadas todas as estratégias de recuperação previstas pela escola em sua Proposta Político Pedagógica e após a análise criteriosa do desempenho dos alunos, caso a caso, pelo Conselho de Classe.

Também poderá ser retido o aluno com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária geral de todos os conteúdos no período relativo ao ano em questão, depois de oferecidas as estratégias de estudos de recuperação.

Os alunos com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento), porém com desempenho satisfatório, devem ser submetidos ao processo de reclassificação, cabendo à comissão de avaliação, a execução e registro desse processo em livro próprio.

A Escola poderá proceder a classificação do aluno para posicioná-lo no ano por transferência de outras escolas situadas no país ou no exterior; por promoção na própria escola e avaliação independente da escolarização anterior. A classificação tem o objetivo de ajustar o aluno de acordo com suas experiências e nível de desempenho.

A Escola procederá a reclassificação do aluno para adaptá-lo e/ou reposicioná-lo no ano, de acordo com a idade, experiência e nível de desempenho, no sentido de reforçar a autoestima positiva, o gosto pelos estudos e pela escola. A reclassificação pode ser feita quando ocorrer por avanço, aceleração, transferência, indicando uma posição do aluno que será modificada na escola de destino e déficit de frequência.

Somente o aluno que no final do ano letivo obtiver aproveitamento satisfatório em todas as disciplinas poderá ser submetido à reclassificação por frequência, sendo avaliado em todas as disciplinas que constam da matriz curricular.

A decisão de reclassificação deve decorrer da manifestação de uma comissão presidida pela Direção da Escola e que tenha representantes docentes do curso ou nível no qual o aluno deva ser reclassificado. Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação de cada aluno são arquivados na escola.

Em suma, a E.E. José Bonifácio, valida sua prática pedagógica, avaliando, investigando e propondo intervenções eficazes, tendo em vista a melhor educação para todos.

“É a prática pedagógica que é bem sucedida, não a avaliação em si e por si. A avaliação, como investigação da qualidade da realidade (diagnóstico),

simplesmente é a parceira que nos revela a qualidade dos resultados de nossa ação” (LUCKESI, 2014).

## **7.2. Avaliação Institucional**

A avaliação da instituição deve ser feita pela comunidade à qual está inserida, coletando e refletindo sobre dados qualitativos e quantitativos que abrangem a estrutura e clima organizacional, gestão, PPP, rendimento escolar, alunos, professores, recursos físicos, materiais e informacionais, ações desenvolvidas e desempenho dos profissionais, visando a tomada de decisão e à qualidade da instituição e da educação por ela oferecida.

Nesse sentido, o Colegiado Escolar é consultado periodicamente sobre as questões de ordem financeira, pedagógica e administrativa, refletindo e avaliando todas as dimensões do processo educativo, propondo melhorias.

Bimestralmente ocorrem reuniões em que os pais são informados sobre os resultados da escola, o desempenho dos alunos, refletindo e sugerindo estratégias para o sucesso escolar dos alunos. Anualmente acontece o “Dia D – Toda a Comunidade participando” no qual a comunidade escolar é informada sobre os resultados das avaliações externas e construção do Plano de Intervenção Pedagógica.

A escola também realiza bimestralmente as reuniões de Conselho de Classe/Ciclo para discutir e analisar os resultados, fatores internos e externos que interferem na aprendizagem do aluno e descobrir alternativas que possam sanar dificuldades. Os pais são chamados para discutir ações e práticas escolares, o andamento e aproveitamento de cada aluno, num momento de trocas de experiências, vivências e apresentação das atividades do período.

Os alunos também participam da avaliação institucional por meio de entrevistas e questionários, suas opiniões são levadas em conta no processo tomada de decisão.

Anualmente os servidores efetivos são submetidos ao processo de avaliação de desempenho individual, de acordo com a legislação estadual, envolvendo os critérios de desenvolvimento profissional, relacionamento interpessoal,

compromissos profissional e institucional e habilidades técnicas e profissionais, metas e ações para o período.

A avaliação institucional ocorre periodicamente pelos servidores, destacando pontos fortes, fragilidades, desafios, metas, compromissos e responsabilização. Dentre os aspectos abordados podemos citar: a aprendizagem do aluno, sua individualidade e ritmo; relações com a comunidade, desenvolvimento de um trabalho conjunto e integrado, parcerias com outros setores e outras instituições; elaboração e implementação de projetos; desempenho profissional: motivação, eficiência e qualidade do trabalho; desempenho administrativo: seriedade, compromisso, qualidade, gestão democrática e participativa, transparência; alimentação oferecida, levando-se em consideração o valor nutricional e a satisfação das crianças em suas necessidades; acesso, permanência e o percurso escolar do aluno; outros aspectos julgados oportunos, ao longo do ano.

Assim, podemos dizer que a avaliação institucional contribui para a melhoria da qualidade da educação oferecida, na medida em favorece o aprimoramento profissional, o trabalho coletivo, o desenvolvimento institucional, sua eficácia e efetividade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões acerca do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual José Bonifácio, nos faz levantar indagações sobre a importância que o Projeto Político Pedagógico assume enquanto instrumento essencial na mediação entre os objetivos que a escola deseja alcançar e a realidade atendida, ou seja, as reais necessidades dos alunos, perpassando por questões como: envolvimento dos diversos segmentos da escola de forma efetiva, políticas públicas educacionais e direitos educacionais.

Fica evidente, através do trabalho realizado que uma escola que pretende educar para a contemporaneidade, para as novas demandas da sociedade, precisa modificar e transformar o tempo todo, trazendo para o processo educativo a relação de interação com o diferente de forma a criar um processo de gestão democrática, no qual todos podem participar.

O presente Projeto Político Pedagógico, que ora foi desenvolvido e apresentado, é coerente com a realidade discutida na medida em que propõe práticas pedagógicas e políticas diversificadas, evidenciando as relações, contextos e propostas.

Contudo, percebe-se, através de sua construção que há uma grande necessidade de melhoria nas questões relacionadas ao envolvimento da família na escola, que por vezes somente comparecem quando convocadas, além da real necessidade de criar práticas que promovam uma maior autonomia dos alunos. A escola precisa aprender a "ouvir" mais os alunos, pois muitas decisões que são referentes a eles acabam sendo tomadas nas reuniões pedagógicas, somente pelo corpo docente, ou então diretamente pela equipe gestora. Além de questões que precisam ser reforçadas como: a formação continuada dos professores, o processo de Ensino e Avaliação, o que evidencia que há necessidade de uma intervenção na relação da gestão democrática e participação do aluno, pois embora o processo de participação já tenha começado a existir na escola, ainda há um longo caminho a se percorrer. É necessário um fortalecimento das relações pessoais, da formação continuada em serviço, dos aspectos motivacionais do corpo docente, que em virtude de políticas educacionais, sentem-se desvalorizados.

Outra questão que merece ser suscitada é a avaliação e os resultados educacionais, ensinar, aprender e avaliar são processos indissociáveis. Percebe-se

que há uma preocupação da E.E. José Bonifácio em oferecer uma educação de qualidade, que os resultados são satisfatórios e que as metas são perseguidas.

No entanto, o que se percebe de maneira geral é que as escolas estão mais focadas nos resultados de testes padronizados e na concepção das avaliações externas, do que no processo de aprendizagem, na prática da avaliação diagnóstica e emancipatória, do que voltadas para o desempenho escolar e para o aperfeiçoamento constante da prática pedagógica. Há uma pressão política e social por notas mais altas que se confunde com qualidade, cobrando da escola que melhore suas médias nas avaliações externas sem levar em conta os intervenientes e a garantia dos insumos necessários e as demais dimensões como o ambiente educacional, sua prática pedagógica, as expectativas de aprendizagem, a autoavaliação, a gestão escolar, a organização do trabalho, a formação e condições de trabalho dos profissionais da educação, sua infraestrutura, o sucesso e permanência do aluno.

Há que se vislumbrar uma perspectiva de avaliação mais equilibrada entre as avaliações internas, aquelas que verdadeiramente podem ajudar os alunos a aprender, e as avaliações externas e seus indicadores. Um ensino de qualidade deve priorizar formas eficazes de se proceder à avaliação do processo escolar que avaliem não apenas o rendimento do aluno, mas o processo escolar como um todo.

Embora as questões levantadas se configurem como grandes desafios é possível afirmar que através da reestruturação do Projeto Político Pedagógico e sua implementação na prática, podem-se alcançar bons resultados e uma educação de qualidade para todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado Escolar: espaço de participação da comunidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

ALTHUSSER L Freud e Lacan, Marx e Freud. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 2001.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf). Acesso em 13 de jul. 2014.

CURY, C. R. J. **O direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/O\\_DIREITO\\_A\\_EDUCACAO\\_-\\_Carlos\\_Roberto\\_Jamil\\_Cury\\_1\\_%20\(1\).pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/O_DIREITO_A_EDUCACAO_-_Carlos_Roberto_Jamil_Cury_1_%20(1).pdf). Acesso em: 13 jul. 2014.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. Salto para o Futuro: **Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998.

POÇO FUNDO. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual José Bonifácio. Poço Fundo/MG, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem, compreensão e conhecimento**. Disponível em: <http://luckesi.blog.terra.com.br/>. Acesso em: 30. Jul. 2014.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. - 13 ed. - São Paulo: Cortez, 2002.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa e SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

POÇO FUNDO. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual José Bonifácio. Poço Fundo/MG, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**. Coleção Cadernos Pedagógicos do Libertad – Câmara Brasileira do Livro – SP, 2009.

SACRISTAN, Gimeno. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

SEE/MG, **Projeto Estratégico em Tempo Integral – 2013**. Disponível em: [http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA\\_CRV/banco\\_objetos\\_crv/%7B4D8AC33E-AEE5-495E-A75097F103880572%7D\\_2013%20Diretrizes%20para%20implantação%20do%20pr ojeto%20Educação%20em%20Tempo%20Integral\(1\).pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/banco_objetos_crv/%7B4D8AC33E-AEE5-495E-A75097F103880572%7D_2013%20Diretrizes%20para%20implantação%20do%20pr ojeto%20Educação%20em%20Tempo%20Integral(1).pdf). Acesso em: 28.Ago.2014.

ANEXO I – Calendário Escolar

CALENDÁRIO ESCOLAR 2014 – E.E. JOSÉ BONIFÁCIO – POÇO FUNDO																											
JANEIRO							FEVEREIRO - 20dias							MARÇO - 18dias							ABRIL - 20dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4							1							1			1	2	3	4	5
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28		23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30			
														30	31												
MAIO - 21dias							JUNHO - 9dias							JULHO - 14dias							AGOSTO - 21dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3		1	2	3	4	5	6	7			1	2	3	4	5						1	2
4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14	6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9
11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16
18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23
25	26	27	28	29	30	31	29	30						27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30
																					31						
SETEMBRO - 23dias							OUTUBRO - 19dias							NOVEMBRO - 20dias							DEZEMBRO - 15dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6				1	2	3	4							1		1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27
28	29	30					26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	28	29	30	31			
														30													

Férias escolares: janeiro  
 Início do ano letivo: 03de fevereiro  
 Término do ano letivo: 19 de dezembro  
 02(dois) dias escolares: 22 e 23de dezembro

Sábado letivo Recessos Escolares Comuns:  
 03e05demarço(*recesso Carnaval*)  
 17de abril(*recesso Paixão de Cristo*)  
 02 de maio (*recessodia do Trabalho*)  
 12 ,13, 16a18, 20,23 a 27 e 30 de junho, 01 a 04 e 07 a 11 de julho(*recesso junho e julho*)  
 13, 14, 15, 16 e 17 de outubro  
 24, 26,29 a 31de dezembro(*recesso final de ano*)

Feriados e Dias Santos  
 01de janeiro (*Confraternização Universal*)  
 04demarço(*Carnaval*)  
 18de abril (*Paixão de Cristo*)  
 21de abril (*Tiradentes*)  
 01de maio (*Dia do Trabalho*)  
 19de junho (*Corpus Christi*)  
 07desetembro (*Independência do Brasil*)  
 12de outubro(*Nossa Sra. Aparecida*)  
 02de novembro (*Finados*)  
 15de novembro (*Proclamação da República*)  
 25de dezembro(*Nata*)